

Presença militar na Amazônia será ampliada

Objetivo é conter bandoleiros, guerrilheiros e narcotraficantes que atuam na região da fronteira

EDSON LUIZ

Enviado especial

TABATINGA – O governo vai aumentar a presença militar na Amazônia a partir do próximo ano. O Ministério do Exército já tem planejada a criação de pelo menos mais cinco pelotões na fronteira entre Brasil, Colômbia, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa, reforçando seu esquema de segurança, hoje composto de 80 unidades.

Para evitar gastos, os novos batalhões serão compostos por militares de Roraima, Amapá e Amazonas. Se a Amazônia vai ganhar reforço militar, também poderá perder um contingente de quase 200 policiais federais que hoje atuam em várias operações especiais na região no combate ao narcotráfico. Por falta de recursos, a PF deverá suspender seus trabalhos até o fim deste ano.

Os militares admitem que a criação das novas unidades faz parte de um projeto de reforçar cada vez mais a segurança na Amazônia, considerada uma prioridade do Exército. Porém, eles não relacionam os quatro batalhões que estão sendo criados ao recente incidente entre Brasil e Colômbia, na fronteira do Estado do Amazonas com a localidade colombiana de Mitu. No dia 3 de novembro, aviões da Força Aérea Colombiana entraram em território brasileiro sem autorização para reabastecer. O Itamaraty pediu explicações formais e o caso foi encerrado depois que se verificou que os colombianos estavam transportando pessoas feridas.

Hoje, o Exército mantém pelotões em quase toda a fronteira brasileira, mas sentiu necessidade de ampliar a vigilância em alguns setores. Um dos novos batalhões será instalado em Tiriós, na divisa entre o Amapá e o Pará, onde recentemente 13 pessoas teriam sido mortas num confronto entre garimpeiros e índios arredios. O batalhão ficará em um ponto estratégico próximo à Guiana Francesa e ao Suriname, onde há informações da presença de bandoleiros, apesar de não haver informações de que esses grupos atuem dentro do Brasil.

Outros dois batalhões serão criados em Roraima. O de Ericó faz fronteira com a Venezuela, enquanto o de Uiramutã está na divisa com a Guiana Inglesa. No Amazonas serão criados os batalhões de Pari-Cachoeira e Tunuí, na fronteira com a Colômbia, na região conhecida como Cabeça do Cachorro, onde ocorre confronto entre tropas militares colombianas e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o grupo guerrilheiro mais antigo da América Latina.

Nas últimas cinco décadas, o Exército aumentou de 200 para 25 mil o número de homens na Amazônia, ampliando de 6 para 80 o número de unidades na região. O maior reforço ocorreu em 1992 e 1993, quando foram transferidas para a região duas brigadas e dois batalhões do Sul e Sudeste, além de um esquadrão de aviões. Nessa época, começaram a surgir ameaças de "internacionalização", uma eterna preocupação dos militares. "Sempre há essa possibilidade e, por isso, estaremos em alerta", diz um oficial do Ministério do Exército. De acordo com militar, existe a consciência de que a Amazônia é uma reserva de material estratégico, por isso sempre será uma prioridade.

Federal – A Amazônia vai ganhar mais vigilância na fronteira, mas, em compensação, poderá perder as bases Anzol, localizada no Alto Solimões, e Candiru, em Rondônia, responsáveis pela diminuição do tráfico de cocaína para o Sul e Sudeste do País. As bases são mantidas pela Polícia Federal e poderão ser desativadas por falta de recursos para manter

12/98 A-13-14

os dez agentes que trabalham 24 horas ininterruptamente.

Até mesmo a Operação Porteira Fechada, que a PF está iniciando com policiais da Colômbia e do Peru, corre risco de não ser realizada por falta de dinheiro.

O diretor da PF, Vicente Chelotti, não confirma a extinção das bases, mas garante que a Ope-

ração Porteira Fechada está dando resultados positivos e representa hoje a principal ação de repressão da PF em todo o País. "Em um ano nós destruimos 16 pistas de pouso clandestinas, apreendemos 27 aviões e estamos investigando outras 105 aeronaves, um trabalho que não pode acabar", afirma Chelotti. "Ho-

je nós praticamente bloqueamos o tráfico terrestre e, quando o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) estiver completamente instalado, acabaremos de vez com a rota de droga na região", completa o diretor da PF.

Pelos céus e floresta da Amazônia passam anualmente mais de 8 toneladas de cocaína vindas do

Peru e refinadas na Colômbia. Em 1997, a PF conseguiu apreender 1,7 tonelada, uma quantidade considerada recorde.

Agora, tanto Polícia Federal quanto Exército e Aeronáutica esperam ver regulamentada a lei que permite o abate de aviões. O Palácio do Planalto resiste à alternativa, alegando que em mui-

tos dos vôos os traficantes levam crianças e mulheres como forma de intimidar a ação policial, principalmente do Peru, onde o abate de aeronaves é legal. "Pelos informações que temos, os vôos são clandestinos e não há transporte de inocentes", rebate Chelotti.

■ Leia mais sobre o assunto na pág. 14

6112198
 DE
 1998
 Pg. 4-19 cont.

6/12/98 14
93

GEOPOLÍTICA

Na fronteira entre abandono e desenvolvimento

No lado brasileiro há grandes contingentes militares, mas a situação é de penúria

EDSON LUIZ
Enviado especial

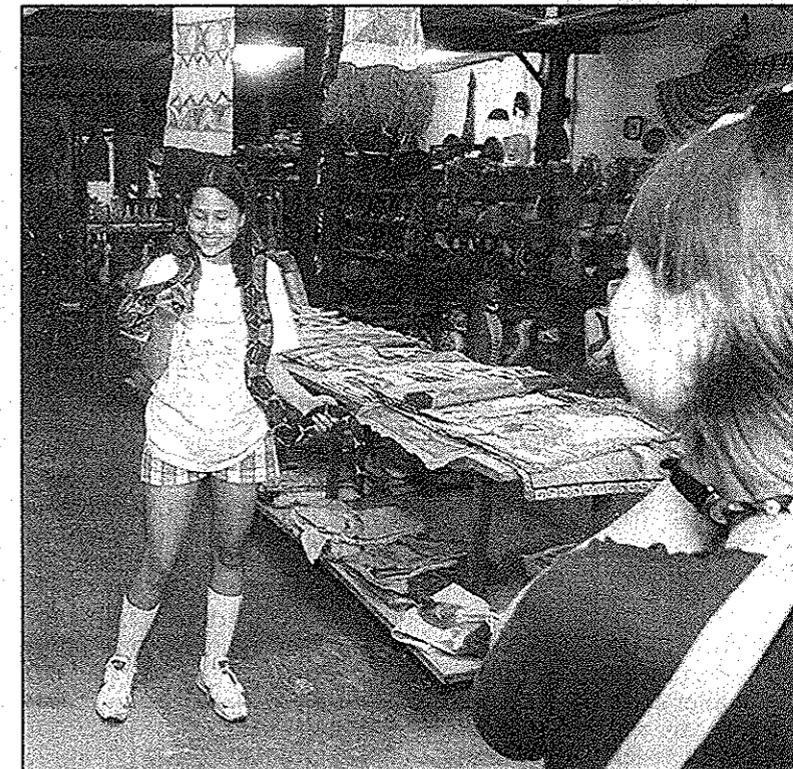
LETÍCIA - Um quebra-mo-la, na Avenida Internacional, em Tabatinga, no Amazonas, divide não só o Brasil da Colômbia, mas também duas realidades diferentes: o abandono e o desenvolvimento. Enquanto do lado brasileiro a situação é de penúria, em Letícia, cidade colombiana, é muito diferente. O quadro existente na fronteira entre os dois países comprova que, pelo menos nessa região, o Brasil se preocupa mais em guarnecer seus domínios, mantendo grandes contingentes militares, mas deixa a população relegada à pobreza e ao abandono.

Apesar do contraste, brasileiros e colombianos não sabem o que é fronteira. "É um povo só", diz o cônsul do Brasil em Letícia, Darli de Souza Oliveira. Segundo ele, o relacionamento entre os dois povos já produziu famílias dos dois lados. "A população daqui é miscigenada", observa Oliveira, ressaltando que não há conflitos entre os moradores das duas cidades, apesar das diferenças econômicas. Mesmo assim, os brasileiros hoje dependem mais de seus vizinhos do que eles de nós. De cada três funcionários da lucrativa Zona Franca de Letícia, pelo menos um é brasileiro.

Emprego - Com mais de 50 anos, Oséas Grande nunca encontrou emprego em Tabatinga, onde mora. Mas é hoje a principal atração de uma grande loja de artesanato em Letícia, com Rosinha. Diariamente, centenas de pessoas entram no comércio somente para conhecer Oséas e sua companheira, uma cobra jararaca de quase 3 metros. "Muitos querem ti-



Ed Ferreira/AE



Oséas Grande, com mais de 50 anos, é a principal atração de uma grande loja de artesanato na cidade colombiana com a cobra Rosinha, uma jararaca de quase 3 metros; no Brasil, ele ganhava apenas um salário mínimo e, na Colômbia, recebe três vezes mais, além das garantias trabalhistas

rar foto com a cobra e acabam comprando alguma coisa", conta Grande.

No Brasil, ele ganhava apenas um salário mínimo. Na Colômbia, recebe três vezes mais e ainda tem todas as garantias trabalhistas. Os colombianos também preferem trabalhar e ter brasileiros como clientes.

"São pessoas honestas e trabalhadoras", diz Nora Sukiak, proprietária de uma rede de lojas de fotografias em Letícia. Dos cinco empregados, três são brasileiros. Segundo o cônsul

Darli Oliveira, o sindicato dos comerciários da cidade está promovendo cursos de português para seus associados. "É para ensinar seus funcionários a tratar bem os brasileiros", explica Oliveira.

EXÉRCITO
RESPONDE POR
SERVIÇO PÚBLICO
ESSENCIAL

Exército - Em Tabatinga, conseguem trabalhar quase unicamente funcionários públicos e alguns peruanos e colombianos que

montam pequenos bares na periferia da cidade que mais parece um subúrbio de Letícia. Conhecida apenas como rota do tráfico de cocaína, a única coi-

sa que cresce constantemente em Tabatinga é a miséria. Os serviços públicos essenciais são oferecidos pelo Exército, que mantém o único hospital da região, seis escolas com 8.600 alunos e um centro técnico profissionalizante onde 95% de seus usuários são civis. Nem mesmo prefeito existe na cidade. O último foi cassado e hoje um juiz administra o município.

Mas na fronteira nem tudo é tranqüilidade. Do lado colombiano, quase 2 mil homens da Polícia Nacional (o equivalente à Polícia Militar, no Brasil), do Exército e da Divisão de Segurança (a Polícia Federal colombiana) patrulham constantemente as ruas por causa das ameaças do narcotráfico. Nos

rios, a fiscalização é feita pela polícia brasileira, que mantém a Base Anzol, no Rio Solimões, por onde passam desde pequenos barcos de ribeirinhos até grandes navios que fazem a rota Manaus-Iquitos (Peru). "Toda semana fazemos apreensões", conta o agente federal Roberval Azevedo, há quase um ano no local.

"Viver na fronteira é difícil e, por isso, procuramos estar ao lado das pessoas daqui para conseguirmos superar os problemas", diz Azevedo.

Dificuldades - Ele convive com outros policiais do Piauí, Pernambuco e Ceará em uma grande casa onde compartilham uma televisão movida a bateria

com 30 índios ticunas que não perdem os desenhos animados.

Segundo o pescador Raimundo Nonato de Oliveira, que nasceu em Tabatinga, só quem vive na cidade se acostuma com a pobreza e as dificuldades. Mas os cariocas Paulo Robson do Nascimento, de 31 anos, e Marlus Coutinho Suhel, deixaram mulheres e filhos para viverem no posto mais isolado da Polícia Federal. Agentes da Divisão de Repressão a Entorpecentes da PF no Rio de Janeiro, eles estão há uma semana no Alto Solimões. "É, além de tudo, uma experiência que todos os brasileiros deveriam ter", diz Nascimento.

■ Leia amanhã sobre a situação dos brasileiros que vivem na Venezuela